

15 OUT 1981

Entendimento elimina obstrução do Senado

Da sucursal de
BRASÍLIA

Um acordo das lideranças partidárias conseguiu ontem vencer o bloqueio às votações de projetos no Senado, depois que o plenário concordou em retirar da pauta dois dos 35 itens, um autorizando o governo de Mato Grosso do Sul a contrair empréstimo de 30 milhões de dólares e o outro permitindo que o Piauí eleve a sua dívida em pouco mais de Cr\$ 600 milhões.

Antes de votar o requerimento referente ao empréstimo de Mato Grosso do Sul, subscrito pelos líderes Nilo Coelho, do PDS; Evelásio Vieira, do PP, e Humberto Lucena, em nome do PMDB, o plenário rejeitou idêntico requerimento, de iniciativa do senador independente capixaba Dirceu Cardoso.

O acordo, que assegura a aprovação dos dois projetos até a próxima quarta-feira, depois do reexame pelas comissões técnicas e da anexação do plano de aplicação dos recursos, recebeu críticas irreverentes do senador Dirceu Cardoso (ES), que chegou a imitar um personagem de programa humorístico de televisão, declarando que desejava "aplaudir" o PDS.

Cardoso considerou-se vitorioso em sua prática obstrucionista, lembrando que o retorno daquelas proposições ao reexame das Comissões de Economia e de Finanças foi um dos motivos da sua posição contrária à aprovação de empréstimos, para ele inflacionários.

Mesmo com o acordo entre Nilo Coelho, Humberto Lucena e Evelásio Vieira, não foi possível ao plenário ir além do item 4, já que, quase ao final da sessão, o *quorum* voltou a se revelar insuficiente. As votações deverão prosseguir hoje, não se acreditando que Dirceu Cardoso consiga novamente impor a obstrução, já que, com os projetos de Mato Grosso do Sul e do Piauí fora da pauta, as bancadas do PP e do

PMDB ajudarão o PDS a formar *quorum*.

A retirada do projeto referente ao Piauí, porém, destoou na sessão de ontem, pois provocou o descontentamento do senador Helvídio Nunes (PDS) diante do acordo. Para ele, o acordo das lideranças representou "uma trama contra o Piauí destinada a satisfazer caprichos pessoais e interesses localizados". O senador nordestino, ex-vice-líder do governo, estranhou que se aprovasse, com a aceitação do PDS e do líder Nilo Coelho, a mesma providência sugerida anteriormente por Dirceu Cardoso e que não havia obtido êxito.

No entender de Helvídio, o que houve foi "um artifício de cálculo, permitido na Matemática, mas não em Direito", denunciando, a seguir, por uma dedução sua, que o acordo firmado pelos líderes teria o objetivo de "obter futuros acordos eleitorais", o que considerou "infantil".

Ao ser votado, pouco antes do encerramento da sessão, um projeto autorizando o município mineiro, de Guaxupé a contratar empréstimo de Cr\$ 50 milhões, Helvídio Nunes pediu verificação de *Quorum*, impedindo assim a aprovação da matéria, pois, a essa altura, mesmo com o acordo, a grande maioria dos senadores já havia abandonado o plenário. Hoje, se as bancadas dos três partidos quiserem assegurar êxito nas votações, terão de garantir a presença do número mínimo em plenário (34), já que Dirceu Cardoso garantiu que vai continuar pedindo a verificação de número de presenças.

Essa desobstrução parcial obtida mediante entendimento com as lideranças partidárias não significará porém um adiamento no projeto de reformulação do regimento interno, nem de assistência, segundo o presidente do Senado, Jarbas Passarinho, para quem "uma coisa nada tem a ver com a outra".